

DOSSIÊ

JORNALISMO MUDIATIVISTA AMBIENTAL:

contribuições de uma análise de cobertura jornalística da Amazônia Real



AMANDA FRANCO DE SOUZA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS – Brasil

ORCID: 0000-0002-8683-8503

KATARINI GIROLDO MIGUEL

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS – Brasil

ORCID: 0000-0002-1030-0619

DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1601

Recebido em: 31/03/2023

Desk Review em: 06/05/2023

Editor de Desk Review: Laura Storch

Revisado em: 21/09/2023

Aprovado em: 03/10/2023

Como citar este artigo: Souza, A. F., & Miguel, K. G. (2023). ENVIRONMENTAL MEDIA ACTIVIST JOURNALISM: contributions from an analysis of journalistic coverage from Amazonia Real. *Brazilian Journalism Research*, 19(3), e1601. <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n3.2023.1601>

RESUMO – Nossa pesquisa busca entender e problematizar as proximidades entre o jornalismo ambiental e a prática midiativista a partir da análise de cobertura jornalística (Silva & Maia, 2011) do portal Amazônia Real, adaptada aos nossos esforços empíricos em um protocolo de jornalismo ambiental midiativista. Apresentamos, nos limites deste artigo, um exercício analítico com duas reportagens que evidenciaram os pressupostos do jornalismo ambiental: ênfase na contextualização, pluralidade de vozes, assimilação do saber ambiental (Loose & Girardi, 2017) e as táticas discursivas do midiativismo, com o engajamento e a opinião revelados no horizonte do que denominamos de reportagem-manifesto. Contudo, notamos o subaproveitamento dos recursos tecnológicos e apresentação dos acontecimentos em uma estrutura narrativa convencional, que tensionam a práxis do jornalismo ambiental midiativista.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental. Midiativismo. Amazônia Real. Análise de cobertura jornalística.

1 Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS – Brasil. Email: amanda.franco@hotmail.com

2 Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS – Brasil. Email: katarini.miguel@ufms.br

ENVIRONMENTAL MEDIA ACTIVISM JOURNALISM: contributions from an analysis of journalistic coverage of the Amazonia Real

ABSTRACT – Our research aims to understand and problematize the proximity between environmental journalism and media activist practice based on the journalistic coverage analysis (Silva & Maia, 2011) of the Amazônia Real portal, adapted to our empirical efforts in a media activist environmental journalism protocol. Within the limits of this article, we presented an analytical exercise with two reports that showed the assumptions of environmental journalism: emphasis on contextualization, plurality of voices, assimilation of environmental knowledge (Loose & Girardi, 2017) and the discursive tactics of media activism, with engagement and opinion revealed in what we call the manifesto report. However, we noticed the underutilization of technological resources and the presentation of events in a conventional narrative structure, which strains the praxis of media activist environmental journalism.

Key words: Environmental journalism. Media activism. Amazonia Real. Journalistic coverage analysis.

PERIODISMO ACTIVISTA AMBIENTAL: aportes desde un análisis de la cobertura periodística de la Amazonía Real

RESUMEN – Nuestra investigación busca comprender y problematizar la proximidad entre el periodismo ambiental y la práctica activista de los medios, a partir del análisis de cobertura periodística (Silva & Maia, 2011) del portal Amazônia Real, adaptado para el estudio empírico mediante un protocolo de aproximación al periodismo ambiental activista. Presentamos, dentro de los límites de este artículo, un ejercicio analítico con dos reportajes en los que aparecen los supuestos del periodismo ambiental: énfasis en la contextualización, pluralidad de voces, asimilación del conocimiento ambiental (Loose & Girardi, 2017) y las tácticas discursivas del activismo mediático, con compromiso y opinión revelados en lo que llamamos un reportaje manifiesto. Sin embargo, observamos la subutilización de los recursos tecnológicos y la presentación de los acontecimientos en una estructura narrativa convencional, lo que genera tensiones en la praxis del periodismo medioambiental activista en los medios.

Palabras clave: Periodismo ambiental. Media activismo. Amazonia Real. Analisis de cobertura periodística.

1 Do primeiro manifesto: transgressão solidária como prática jornalística

Os/as midiativistas são pessoas que carregam uma espécie de interesse solidário, operam com atitudes diretas transgressivas, intencionais, e vislumbram a potencialidade das habilidades de intervenção social colocadas em prática, a partir de um “um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espriar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa” (Braighe & Câmara, 2018, p. 36). O midiativismo abrange a função de informar, mediar, vinculada ao sentido de

transgressão solidária (Jordan, 2002), objetivando modificações de situações e contextos.

Em 2013, um coletivo de mulheres se posiciona como “agência de jornalismo independente e investigativo sem fins lucrativos [...] que dá visibilidade às populações e questões da Amazônia, [...] em especial daquelas que não têm espaço na grande imprensa”. O jornalismo produzido “opera com conceitos e práticas de justiça social, justiça ambiental e direitos humanos”, e “conta com o trabalho de profissionais com sensibilidade na busca de grandes histórias” (Amazônia Real).

A proposta é de uma contra narrativa, centralizada em vozes da comunidade, com ênfase em um tipo de jornalismo engajado. Há ainda a declarada defesa da democratização da informação, liberdade de imprensa e expressão em sua linha editorial, pressuposto similar ao midiativismo. As pautas possuem como foco os problemas e questões ambientais vivenciados na Amazônia e perpassam o viés dos direitos humanos, a exemplo de abordagens acerca dos conflitos agrários, migrações e tráfico de pessoas.

A Amazônia Real defende que grupos sociais como povos indígenas, populações tradicionais, tais como quilombolas, ribeirinhos, pescadores, quebradeiras de coco babaçu e trabalhadores e trabalhadoras rurais, ativistas ambientais, ambientalistas, mulheres e homens da floresta, são sujeitos e protagonistas de suas próprias narrativas, sem necessidade ou interferência de mediadores. Essas vozes precisam ser escutadas, compreendidas e suas ideias, práticas culturais e vivências, visibilizadas. Essas populações, ao mesmo tempo em que são defensoras e defensores de saberes culturais e da natureza, são alvo de ameaças e conflitos ao denunciar ataques e ameaças, sem a proteção do aparato institucional do Estado. Elas correm perigo por denunciar crimes como desmatamentos, grilagem de terra, queimadas, incêndios florestais, impactos de grandes obras, invasões, entre outras ameaças. (Amazônia Real).

A Amazônia Real consegue pluralizar a pauta do movimento ambiental e do ativismo de múltiplas bandeiras (Castells, 2013) ao atravessar também a questão de classe, gênero e raça. A profundidade e complexidade empregadas na construção jornalística da agência revelam uma transversalidade das pautas produzidas, no sentido de que extrapolam a questão do meio ambiente natural, versando sobre as temáticas políticas, econômicas, sociais e culturais interdependentes, e pluralizam a cobertura e o próprio fazer jornalístico por meio de intervenções explícitas, próprias do midiativismo.

Em 2020, na retaguarda da experiência prática do portal, inferimos que os ideais do midiativismo se aproximam da especificidade conceitual do jornalismo ambiental e iniciamos

um diálogo. Ambas práxis têm como finalidade informar de modo engajado, comprometido, corporificado, na tentativa de complexificar os acontecimentos para além dos fatos, a partir da diversidade de vozes, prezando pela denúncia, por posicionamentos críticos e propositivos (Franco & Miguel, 2022).

Nesta esteira, nossa investigação de mestrado¹ se volta para analisar a cobertura jornalística produzida pela Amazônia Real, em um espaço-tempo definido, com as lentes do ativismo. Apresentamos aqui um excerto do esforço empírico, na tentativa de entender as possibilidades e fragilidades de um jornalismo ambiental midiativista desde o portal em questão. Nosso procedimento metodológico se baseia na análise de cobertura jornalística (ACJ), proposta por Silva e Maia (2011), para criar um protocolo, adaptado e atualizado a novos marcadores de análise, a partir de três etapas principais.

O primeiro nível refere-se às marcas de apuração, divididas em três dimensões propostas pelas autoras e revisadas pelos nossos interesses de pesquisa: 1) Assinatura da matéria – identificar os autores do processo da construção da reportagem, como repórter, correspondente, colaborador ou sem assinatura, ajuda a entender o peso da autoria e o lugar do indivíduo midiativista. 2) Local de apuração/acesso do jornalista ao local do acontecimento – conhecer o espaço de atuação, se foi interno (redação) ou externo (presencialmente), e as possibilidade de intervenção do/a repórter, por exemplo, pode trazer um indicativo de engajamento intensificados no midiativismo e no jornalismo ambiental. 3) Origem da informação – classificar as fontes de informações consultadas em critérios que ajudam a entender a construção narrativa: a) o modo como a informação foi obtida (direta ou indiretamente), b) a natureza das fontes (personagem/cidadã, especialista, institucional, poder público, documental ou eletrônica) e c) posição das fontes no contexto dos acontecimentos (Silva & Maia, 2011).

O segundo nível compreende as marcas da composição do produto, no caso, optamos pelos textos informativos, selecionados na editoria de Meio Ambiente, e ampliamos este marcador para outros elementos externos ao texto. 4) Recursos multimídias e midiativistas – para verificar gráficos, tabelas, ilustrações, fotografias, vídeos e táticas ciberativistas, como utilização de hashtags, campanhas, manifestos agregados, propostas de viralização, entre outros.

O terceiro e último nível envolve os aspectos das circunstâncias da produção, ou seja, as inter-relações das realidades

interna e externa, nos concentrando nesta última. 5) Caracterização contextual socioambiental – nos interessa aqui as particularidades do tema/acometimento/assunto específico da cobertura e a abordagem da conjuntura sócio-histórica-cultural envolvida (Silva & Maia, 2011). Neste item é que conseguimos visualizar mais diretamente as características do jornalismo ambiental.

Já em 2021, com a pesquisa em andamento, selecionamos como corpus da etapa qualitativa, reportagens da editoria de Meio Ambiente, como dito, tendo como recorte os meses de abril a novembro de 2021², considerando os acontecimentos marcantes e as temáticas que alcançavam os distintos espaços geográficos da região amazônica. Apresentamos nos limites deste artigo, duas análises de tempos e temas diferentes, que julgamos representativas para entender as características – no plano teórico e narrativo³ –, do jornalismo midiativista ambiental no produto manifestado e como manifesto. Aqui emprestamos o vocábulo manifestação, e seus derivados linguísticos, como diretriz metafórica das performances ativistas, para evidenciar o que está exposto, mostrado, mas sempre com intenções. A reportagem se dá como manifesto ao passo em que se esgarça no discurso dissertativo que revela um posicionamento (e engajamento) e defende outra experiência de mundo. Os exemplos vão negritar esse pressuposto e sinalizar para a elaboração de uma tipologia dentro do midiativismo ambiental. Antes disso, contudo, nos é bastante cara a compreensão do jornalismo ambiental e merece um segundo “panfleto”.

2 Jornalismo ambiental como panfleto de sobrevivência planetária

As frequentes abordagens sobre as problemáticas ambientais não extinguem as preocupações que rodeiam o campo jornalístico sobre o assunto. Refletir a respeito da pauta ambiental configura um exercício desafiador, que excede apenas uma editoria especializada. Grande parte das investigações em jornalismo ambiental apresenta críticas em comum e reitera a ausência de uma cobertura sistêmica, com foco na representação de tragédias e catástrofes, fornecendo ao público uma perspectiva da área conduzida por eventos (Holanda et al., 2020), que vai ao encontro da síndrome da baleia enalhada apontada por Bueno (2007), ou seja, a cobertura espetacularizada e sensacionalista dos

desastres ambientais, destacando o exótico e o inusitado a partir de episódios isolados.

Além disso, vemos que os fenômenos interdependentes não são desvelados e que este tipo de jornalismo se revela refém de fontes oficiais, como explicitado em outra síndrome, a *lattelização* das fontes (Bueno, 2007), que aponta para o investimento do jornalismo apenas em entrevistados que possuem currículo acadêmico ou que consistem em produtores de conhecimento especializado e legitimado no meio científico; muitas vezes estimulados por interesses pessoais e corporativos. Desse modo, o enfoque abordado pela mídia hegemônica acaba negligenciando e fragmentando a complexidade intrínseca ao tema, bem como tende a incorporar a crise ambiental a uma heurística do medo, no sentido em que a representação da negatividade finda esgotar a possibilidade de ação política (Aguiar & Schaun, 2011).

Em nossa ampla pesquisa sobre as proximidades do jornalismo ambiental com a proposta midiativista, tendo como sujeito de pesquisa o portal Amazônia Real, partimos da compreensão do termo meio ambiente e da epistemologia e racionalidade próprias do campo ambiental (Leff, 2001) para entender como emerge e se caracteriza o jornalismo ambiental. Não como aquele que cobre os temas específicos da área, mas como a práxis que entende o atravessamento do meio físico e biológico com questões sociais, culturais e do cosmo. Levantamos a hipótese de que as redes de perfil ativistas são capazes de dilatar a propagação de pautas ambientais em um cenário de maior contextualização, complexidade e pluralidade do que é comumente retratado pelos arranjos midiáticos hegemônicos. Além disso, vemos que o/a jornalista integra a luta pela preservação ambiental e enxerga as próprias aptidões de intervenção sendo fomentadas e intensificadas (Franco & Miguel, 2022).

No caminho conceitual e metodológico percorrido, destacamos não haver uma definição consensual e uma maneira única de assimilar este tipo de jornalismo, contudo, nos centramos em autores (Girardi et al., 2012; Belmonte, 2017; Bueno, 2007) que fundamentam uma visão complexa e sistêmica dos fatos, na diversidade e pluralismo de vozes, nas contextualizações e relações sociais, econômicas, políticas e culturais interdependentes, além de propor a dilatação das funções do jornalista para o sentido do engajamento. Ou seja, um jornalismo calcado no comprometimento e na promoção da qualidade de vida planetária, que busca enxergar além das consequências, elucidando as causas e possíveis soluções para as problemáticas abordadas.

Destacamos os principais pressupostos teóricos dessa especificidade jornalística, elencados e sintetizados por Loose e Girardi (2017, p. 158), sendo vistos como premissas em construção, pouco evoluídas nos grandes conglomerados de mídia. São eles: 1) ênfase na contextualização – relacionada a expectativa de superar a fragmentação e descontinuidade, enfatizando uma ampla, profunda, crítica e complexa contextualização, de modo que se teça as conexões de causas e consequências; 2) pluralidade de vozes – diz respeito a representação da multiplicidade de discursos que estão envolvidos com a temática, em especial os que não dispõem de legitimidade científica, empresarial ou política, e ao rompimento do conhecimento científico único, de natureza cartesiana; 3) assimilação do saber ambiental – compreende o entendimento dos valores e da consciência ambiental, sendo necessário internalizá-los com a intenção de possibilitar um desenvolvimento sustentável, duradouro e equitativo; 4) cobertura sistêmica e próxima à realidade social – refere-se a indispensabilidade de trazer as questões ambientais para perto do dia a dia do público, desvelando as conexões nem sempre óbvias, e destacando as relações existentes; 5) comprometimento com a qualificação da informação – abarca o engajamento e a militância como ações críticas, em defesa da sustentabilidade da vida e de um vínculo menos nocivo e conflituoso entre a sociedade e a natureza; 6) responsabilidade com a mudança de pensamento – envolve assumir a função de contribuir para ser transformador e mobilizador a partir de informações qualificadas, objetivando empoderar – como verbo coletivo –, os cidadãos para maior participação social a favor das causas ambientais; e por último, 7) a incorporação do princípio da precaução – no sentido de dilatar o tempo de ação do jornalismo, orientando-o não somente para o presente, mas também para o futuro, na investida de alertar e impedir consequências negativas.

Está no fundamento do jornalismo ambiental o ambientalismo, que emerge como um movimento social de relevante potência comunicativa (Castells, 1999), considerado pioneiro no emprego das tecnologias de comunicação à medida que se apropria delas como instrumentos de sistematização e mobilização, principalmente por meio da internet, configurando-se como multifacetado devido a pluralidade de sua composição, vozes e modos de manifestação.

É também no advento tecnológico que diferentes atores surgem e conseguem disputar a atenção de audiências distintas com os grandes conglomerados de comunicação, a exemplo do

mediativismo ambiental, que ganha contornos de indivíduos, coletivos ativistas ambientalistas e/ou jornalistas que atuam em redes sociais, sites e blogs, “compondo um cenário de atuação dos movimentos na interface comunicação/sociedade” (Moraes & Fante, 2018).

Universos informativos foram se constituindo a partir dos conteúdos elaborados pelo movimento ambiental e pelas mídias de caráter midiativistas (quando esses próprios atores não se fundem e confundem). Moraes e Fante (2018, p. 352) ressaltam que a proposta do ativismo ambiental depende majoritariamente do movimento ambiental organizado, o qual amplifica sua prática a partir das tecnologias da informação, e entendem o mediativismo ambiental “como a complexa relação que se forma entre as causas ambientais, seus defensores e as suas formas de midiaticização”.

Esta dimensão ativista do jornalismo nos leva à proposição da sensibilidade hacker, desenvolvida por Moraes (2022, p. 143) que, no tripé da liberdade, colaboração e conhecimento, propõe a reportagem como um meio de posicionamento político, de insurgências, “de reclamar humanidades”, e adicionamos aqui sustentabilidade. Para além da apropriação e uso da técnica, que permitem outras maneiras de lidar com o público, com o conteúdo e com as fontes, essa sensibilidade é um movimento reflexivo “que pode se utilizar de maneira tática dos meios nos quais atua para produzir contranarrativas e desestabilizar naturalizações” (Moraes, 2022, p. 151).

Isso posto, na sequência apresentamos duas análises que funcionam como síntese da nossa investigação empírica que busca compreender e problematizar não o mediativismo ambiental, mas a materialização do que preferimos chamar, como reforço semântico, de jornalismo midiativista ambiental.

3 Análise de cobertura jornalística midiativista ambiental: principais achados

3.1 Manifesto 1. 11 de maio de 2021

“Milhares já sofrem com a cheia no Amazonas: Vinte municípios amazonenses já declararam situação de emergência e previsão é que 350 mil pessoas sejam afetadas em 2021”. A narrativa aborda a devastação e os danos causados pelo aumento do nível dos rios na região, principalmente as preocupações e os

dilemas vivenciados pela população afetada, que teve seu cotidiano marcado por perdas de moradias e plantações, risco de morte devido à exposição a animais perigosos, prejuízos econômicos, e maior probabilidade de contrair covid-19.

3.1.1 Marcas de apuração

O texto apresenta a assinatura da própria agência – por Amazônia Real –, logo após o título. Contudo, posteriormente ao subtítulo e a foto de capa, há a sinalização “por Steffanie Schmidt e Raphael Alves, da Amazônia Real”. No final da reportagem, é feita uma descrição da iniciativa.

A agência de jornalismo independente e investigativo Amazônia Real é uma organização sem fins lucrativos, criada por jornalistas mulheres em 20 de outubro de 2013, em Manaus, no Amazonas, Norte do Brasil. Sua missão é fazer jornalismo ético e investigativo, pautado nas questões da Amazônia e de seu povo. A linha editorial é voltada à defesa da democratização da informação, da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e dos direitos humanos. (redacao@amazoniareal.com.br). (Amazônia Real, 2021).

Ao longo da reportagem, é possível constatar que Raphael Alves é o fotojornalista responsável pelas imagens que ilustram a matéria, e subentende-se que Steffanie Schmidt é a jornalista que redigiu o texto. Os nomes referidos não estão listados na equipe que compõe a redação jornalística, o que sugere que são colaboradores da iniciativa, sem tanta ênfase à persona jornalista, como observado em outras reportagens analisadas, inclusive, na que trazemos na sequência.

O acesso da jornalista ao local do acontecimento é sinalizado explicitamente: “A reportagem visitou, na semana passada, Manacapuru” (Amazônia Real, 2021). Ainda que não estivesse declarada, a cobertura presencial poderia ser percebida por outros aspectos, como a quantidade de fontes personagens que vivenciam o contexto apresentado e que compõem a construção da reportagem, as quase 30 fotografias apresentadas no decorrer da página – que retratam cidadãos entrevistados e evidenciam os estragos causados pelas cheias –, creditadas em nome de “Raphael Alves/Amazônia Real” – indicam que a equipe se deslocou até o local para fotografar –, e pela localização apontada no início da reportagem – Manaus e Manacapuru. Essas informações revelam o engajamento para

expor o problema ambiental relatado, além da complexidade do tema notado pelos detalhes da narrativa. Vemos aqui o/a jornalista realizando a apuração *in loco*, vivenciando e comentando os fatos, uma característica que o coloca como participante ativo dos acontecimentos, pressuposto muito demarcado pelo midiativismo. Não se trata de pura e simples mediação, tampouco uma vivência passiva e convencional dos métodos de abordagem jornalísticos, mas de um registro midiático que marca presença e que traz como decisivo o comportamento do midiativista como sujeito ao se inscrever nos acontecimentos em curso, e na intervenção pela qual pretende mudança (Braighi & Câmara, 2018).

No que diz respeito à origem da informação, a reportagem traz ao todo 15 fontes. Desse número, sete são classificadas como fontes personagens/cidadãos – sendo que todas relatam as dificuldades enfrentadas pelas enchentes e os danos causados por elas; uma institucional – o Sistema de Alerta Hidrológico do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM); quatro especialistas – a pesquisadora do CPRM responsável pelo Sistema de Alerta Hidrológico (SAH) da Bacia do Amazonas, um doutor em Ciências Florestais e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI), o meteorologista do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), e o secretário-executivo do Observatório do Clima; e três fontes do poder público – a Defesa Civil do Amazonas, o Governo do Amazonas, e a Secretaria Executiva de Ações de Proteção e Defesa Civil do Amazonas. São apresentadas ainda como fontes duas matérias publicadas pela própria agência, contidas em hiperlinks. Nos chama a atenção o número elevado das fontes personagens, o que mostra a preocupação em evidenciar todo o problema do aumento dos níveis dos rios na região, e as consequências ocasionadas. Neste sentido, percebemos que a reportagem evidencia sujeitas e comunidades que “estão fora dos muros da academia, como o povo da floresta, o agricultor familiar, o cidadão da rua” (Bueno, 2007, p. 37), se comprometendo com a qualificação da informação por meio de uma cobertura sistêmica, próxima à realidade do leitor (Loose & Girardi, 2017) que ao invés de ser informado de forma pretensamente objetiva, com dados sobre a elevação dos níveis das águas, consegue compreender a dimensão ambiental, social, política e econômica do problema a partir dos relatos dos indivíduos afetados.

3.1.2 Marcas da composição do produto

Com relação aos recursos multimídias utilizados, a quantidade de imagens é destaque na reportagem. As 29 fotografias denotam os anseios, preocupações e prejuízos relatados pelas fontes personagens, que também são retratadas nas imagens que evidenciam o cotidiano vivido pelos cidadãos durante a enchente. Desse número, nove são apresentadas de forma única ao longo do texto, enquanto as 20 restantes estão agrupadas em formato carrossel no meio da página e passam de forma automática. Com exceção de uma (foto creditada pelo INPA), todas as imagens exibidas contêm a autoria de Raphael Alves, identificado como fotojornalista da Amazônia Real.

A reportagem apresenta três hiperlinks, que direcionam para duas matérias produzidas pela própria agência (como forma de contextualização), e para uma publicação no YouTube, intitulada “segundo Alerta de Cheia do CPRM”. Após as opções de compartilhamento ao final do texto, são listadas 12 tags.

A caixa de comentários possui uma única contribuição de um leitor e é pouco explorada pelo portal. Constatamos, nesta análise, e em outras do nosso corpus, que os recursos ciberativistas são escassos e não conseguem envolver o público de forma mais direta, apesar do plano narrativo coerente aos pressupostos do jornalismo ambiental, conforme segue.

3.1.3 Caracterização contextual socioambiental

Com os intertítulos “350 mil atingidos”, “Sete grandes cheias”, “As chuvas na bacia”, “Plantações perdidas”, “O risco da covid-19”, “Desigualdade” e “Prejuízos econômicos”, já é possível perceber a diversidade dos temas abordados, extrapolando somente a tragédia ambiental e estabelecendo as conexões interdependentes relacionadas, com ênfase na contextualização (Loose & Girardi, 2017). A Amazônia Real (2021) dá início a reportagem da seguinte maneira:

A grande cheia do Amazonas já produz estragos para milhares de pessoas. Kerlen, mãe de duas crianças, saiu de sua casa em área alagada e teve de alugar outro imóvel. Bruno perdeu o cultivo de bananas e maracujás, enquanto a plantação de malva de Sidiney se encontra debaixo d'água. Mário viu no quintal cobras e poraquês (espécie de peixe-elétrico da Amazônia). E Marcilene avistou, dias atrás, um jacaré na porta de sua casa. Conforme os dias passam, mais as medições dos níveis dos rios

sinalizam para uma enchente entre as maiores já registradas na história e cujos maiores impactos estão só por começar.

O intuito do texto parece exceder os dados sobre as cheias e trazer relatos dos povos que estão vivenciando os dramas ambientais em seus cotidianos, o que pode ser evidenciado no trecho acima. Vemos aqui o pressuposto que engloba abordar não somente os desastres de forma espetacularizada – síndrome da baleia enalhada (Bueno, 2007), ou apenas as causas que suscitaram os acontecimentos, mas estender a pauta versando sobre as consequências associadas, bem como quais são as relações sociais, políticas e econômicas que se podem estabelecer. Neste mesmo sentido, o texto também contempla uma abordagem que está próxima da realidade do leitor (Loose & Girardi, 2017). Os nomes das fontes personagens são anunciados e trazem uma síntese de suas histórias, já frisando a pluralidade de vozes, outro pressuposto intrínseco ao jornalismo ambiental, com o objetivo de explicar a complexidade em diferentes pontos de vista e afetações. Verificamos ainda que a jornalista alerta que “os impactos estão só por começar”, tangenciando o princípio de precaução elencado por Loose e Girardi (2017).

Em seguida, são exibidos dados e informações sobre o aumento dos níveis dos rios no Amazonas, destacando algumas cidades que se sobressaem na “cota de inundação severa”. Antes de introduzir as explicações de especialistas para o fato evidenciado, os relatos dos personagens começam a ser descritos, bem como a própria repórter detalha, como personagem coadjuvante, os aspectos dos locais visitados e como as cidades situam-se diante dos alagamentos. Vemos um discurso dissertativo de defesa socioambiental, articulando a narrativa das fontes a um quadro de referências verificável.

Os especialistas entrevistados trazem uma abordagem que é próxima a do leitor, com analogias como “nem mesmo ‘a maior obra de engenharia do mundo’ seria capaz de controlar as cheias”, e não só explicam aspectos mais técnicos como também comentam as temáticas sociais que envolvem o problema, como na fala do secretário-executivo do Observatório do Clima que problematiza o racismo ambiental⁴. “Essa questão do clima chega às populações mais pobres de maneira totalmente desproporcional. A população que já sofre com outras desigualdades é a que mais vai sofrer com aumento de temperatura e cheia”, como também evidenciado no trecho abaixo, proferido pela pesquisadora entrevistada: “É fundamental garantir o fornecimento de

água potável. Mas sabemos que muita gente acaba voltando para essas localidades alagadas, não por opção, mas por falta dela”.

Posteriormente, são apresentadas informações obtidas pelas fontes oficiais sobre o número de pessoas afetadas pelas cheias, as cidades que decretaram situação de emergência, a oferta do Auxílio Emergencial Enchente, o valor das operações que estão sendo realizadas, bem como quais são elas e o repasse para aplicação em ações de socorro nos municípios. A reportagem ainda traz uma contextualização histórica sobre o aumento dos níveis dos rios já ocorrido em anos anteriores, alicerçada nas falas de especialistas que mencionam termos mais técnicos/científicos – como os fenômenos climáticos El Niño e La Niña, a diferença nas temperaturas superficiais dos oceanos, a Célula de Walker, o ciclo hídrico da bacia do Amazonas –, devidamente decodificados no texto.

Em “Plantações perdidas”, a Amazônia Real dá espaço para os relatos dos moradores das regiões mais afetadas, que destacam as dificuldades de locomoção, a necessidade de se mudar de suas moradias, os prejuízos econômicos trazidos bem como as perdas das plantações cultivadas, a preocupação com a proximidade que grandes embarcações passam na frente das comunidades.

Silas Rodrigues, 45, está desempregado e sem conseguir trabalho devido à pandemia da covid-19. Sem dinheiro para o básico como o gás, ele aquece o café com restos de madeira, próximo a uma passagem construída para garantir o deslocamento em áreas alagadas no centro de Manacapuru. Ele vive com a esposa, cinco filhos, cunhado e uma nora em sua casa de madeira. Segundo ele, que está na cidade há cinco anos, para onde se mudou para trabalhar com roçado, essa é a maior enchente que ele já presenciou. “Me sinto totalmente isolado com tudo isso. Não consigo trabalho desde a pandemia. A gente corre atrás, mas ninguém vem até nós”, desabafou. (Amazônia Real, 2021).

A narrativa também apresenta alguns trechos mais descritivos e literários, o que de certo modo traz compreensão e envolve o leitor na temática complexa. Além do fragmento destacado acima, outros trechos também tecem críticas ao governo e revelam a insatisfação da população e a falta de auxílio e suporte, o que gera indignação, reproduzida na fala de uma das fontes, que trabalha com pesca e roçado. “Nossa plantação de malva foi para baixo d’água. Acho que perdemos 90% de tudo. O que salvamos está aqui. Mas ninguém assiste a gente. Ninguém vem aqui, mas 80% da renda da cidade é a gente da zona rural que produz”. Ademais, o texto aborda como as cheias podem afetar a pandemia de covid-19, “desvelando

as conexões nem sempre óbvias, e destacando as interdependências existentes” (Loose & Girardi, 2017), e ainda discorre sobre os prejuízos econômicos e a desigualdade social, tão marcados no Brasil.

Percebemos que as informações são bem distribuídas, interconectando as informações exibidas, a partir de uma complexa, ampla e profunda ênfase na contextualização, assimilação do saber ambiental, comprometimento com a qualidade da informação, cobertura sistêmica e próxima a realidade do leitor, características já descritas e tão caras ao jornalismo ambiental.

3.2 Manifesto2. 14 de novembro de 2021

“Acordo final da COP26 adia decisões para o futuro: no texto final, assinado por cerca de 200 países em Glasgow, na Escócia, até o secretário-geral da ONU reconhece que foi dado um ‘passo importante, mas não suficiente’”. A reportagem traz um compilado geral a respeito do término da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2021 (COP-26) e as decisões tomadas no acordo final, além de pesar as críticas feitas por ativistas e ambientalistas. Enfatiza a existência de dois lados antagônicos do Brasil na conferência, bem como aborda o balanço do evento para o país. Trata ainda da relação do Brasil com o desmatamento contínuo e dos “fracassos” das negociações.

3.2.1 Marcas de apuração

O texto é de autoria da jornalista Alicia Lobato. Ao final da reportagem, consta a informação de que a repórter é a enviada especial da Amazônia Real na cobertura da COP 26. A agência também integra a COPCOLLAB26, cobertura colaborativa da conferência realizada por coletivos, organizações, mídias independentes, midiativistas, jornalistas e comunicadores. Fazem parte do grupo colaborativo, entre outras organizações, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as Mídias Índia e Ninja.

Notamos que houve um esforço da agência para informar sobre o evento a partir de uma correspondente enviada ao local, dada a relevância mundial da Conferência do Clima. Inferimos ainda que fazer parte de uma cobertura colaborativa, em rede, além das parcerias com

outras iniciativas que a agência também realiza, pode configurar uma das características dos novos arranjos jornalísticos (Fígaro & Nonato, 2021). Após o comunicado, há a biografia da repórter:

Alicia Lobato é jornalista, natural de Belém (PA) e vive em Manaus desde 2017. Integra a equipe da agência Amazônia Real desde 2019, quando iniciou como estagiária depois de participar da 1ª Oficina de Jornalismo Socioambiental promovida pela Amazônia Real e pela organização internacional Climate Tracker. Na agência, escreve reportagens que pautam a violência contra a mulher e o racismo. Tem interesse pelo jornalismo ambiental e de dados. (alicia@amazoniareal.com.br). (Amazônia Real, 2021).

Destacamos aqui a personalização da jornalista com causa própria. A partir das informações constatadas, é possível perceber que ela teve sua carreira profissional moldada/alavancada a partir do estágio realizado na própria agência. Além disso, verificamos o ativismo de múltiplas bandeiras, visto que a jornalista pauta temáticas que envolvem a violência contra a mulher e o racismo. Frisamos a apresentação da profissional, sua atuação e disponibilidade de contato, que vai ao encontro da proposta do/a indivíduo mobilizador como cerne do midiativismo.

Com relação ao acesso da jornalista ao local do acontecimento, está explícito o deslocamento para a cobertura jornalística do evento, como mencionado anteriormente. Além disso, há outros aspectos que evidenciam este fato, como a presença da localização da repórter no início da reportagem – Glasgow (Escócia), sede do evento – e algumas sentenças ao longo da reportagem: “afirmou à Amazônia Real Márcio Astrini, diretor-executivo do Observatório do Clima. Astrini acompanhou, em Glasgow, as negociações multilaterais” (Lobato, 2021) e “Leite, ainda na coletiva de imprensa acompanhada pela Amazônia Real, fez um resumo da participação do País na conferência”. Neste sentido, vemos a proximidade com a performance midiativista, que acompanha e se engaja nos acontecimentos, como constatado também em outras reportagens analisadas.

No que diz respeito à origem da informação, identificamos oito fontes ao longo do texto, sendo que seis compreendem fontes do poder público – o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o embaixador e chefe da delegação brasileira na COP26, o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), o ministro brasileiro do Meio Ambiente e a representante das Ilhas Maldivas; uma se enquadra como fonte personagem/cidadã – uma ativista; e uma como fonte especialista – o diretor-executivo do Observatório

do Clima. Ademais, duas matérias publicadas pela Amazônia Real são hiperlinkadas para contextualizar as informações trazidas.

A maioria das fontes abrange pessoas e/ou órgãos ligados ao poder público e há apenas uma fonte cidadã, sendo uma ativista conhecida mundialmente, em uma tendência oficialista e de notoriedade, própria do jornalismo convencional; além de recorrer intensamente às postagens de redes sociais de autoridades. Com isso, não constatamos a assimilação de saberes diversos e a pluralidade no sentido de trazer vozes de pessoas “comuns”, que residem nas comunidades afetadas pelos acordos finalizados na conferência, ou seja, esbarra na síndrome da *lattelização* das fontes (Bueno, 2007). Contudo, percebemos que a jornalista não se abstém de críticas e incorpora uma opinião, dada a narrativa construída em tom de lamento/lástima, o que será evidenciado no último nível analítico. E nesse sentido, identificamos o engajamento da repórter, com uma postura assertiva, que interessa para o midiativismo e para o próprio jornalismo ambiental e corrobora nossa proposta de manifesto.

3.2.2 Marcas da composição do produto

Observamos ao longo da reportagem a presença de 13 fotografias. Desse total, oito estão agrupadas em formato de carrossel (uma característica empregada diversas vezes pela agência). Nenhuma delas é de autoria da Amazônia Real, sendo os créditos diversificados – três foram realizadas pela fotógrafa da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), três pelo MMA, três pela Mídia Ninja, duas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), uma de reprodução de um usuário do Instagram e uma de reprodução de *livestreaming*.

Há ainda um vídeo proveniente do canal do YouTube do Guardian News, veículo jornalístico que transmitiu o evento em tempo real. Com o título “Cop26: Alok Sharma realiza sessão de balanço – assistir ao vivo” (tradução nossa), o recurso está programado para iniciar no momento em que o presidente da conferência realiza discurso sobre os acordos finais estabelecidos, visto que a duração total é de quase sete horas de live. É a única reportagem analisada que apresenta um vídeo já incorporado ao texto, sem estar vinculado a um hiperlink, o que inferimos proporcionar, no caso, maior chance de acesso, pela facilidade em clicar e assistir imediatamente o conteúdo.

Quanto à utilização de hiperlinks, identificamos oito distribuídos no decorrer do texto. Três encaminham o leitor para a página do Twitter, sendo um para o tweet do secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, um publicado pelo perfil do MMA – contudo, consta como tweet excluído – e outro postado pelo usuário da ativista Greta Thunberg. Dois são direcionados para reportagens publicadas pela Amazônia Real, como já mencionado, um para o site que hospeda informações sobre a COPCOLLAB26 e outro para a página de doações da agência. São utilizadas ainda 12 tags posteriormente as opções de compartilhamento.

Na caixa de comentários não constam contribuições. Não há investimento em recursos midiativistas mais instrumentais como hashtags e marcas virais para compartilhamento; para além do discurso dissertativo que será apresentado a seguir.

3.2.3 Caracterização contextual socioambiental

A jornalista inicia o texto afirmando, em tom de lástima, que “o acordo possível da COP26 foi selado na noite de sábado, em Glasgow, com a certeza de que ele não conseguirá limitar o aquecimento global a 1,5°C”. Em seguida, traz o relato do secretário-geral da ONU, que corrobora com a sentença proferida por ela, na medida em que ele se desculpa, em vídeo, pelo “passo importante, mas não suficiente”:

Quero mandar uma mensagem para os jovens, comunidades indígenas, mulheres e todos aqueles que lideram o combate às mudanças climáticas: sei que estão desapontados, mas o caminho para o progresso não é uma linha reta. Às vezes, existem desvios e valas, mas eu sei que podemos chegar lá. Estamos na luta por nossas vidas e esta luta precisa ser vencida. Nunca desistam, nunca recuem, continuem pressionando, eu estou com vocês.

Após expor o discurso da fonte, a autora ainda destaca que com a presença de cerca de 200 países, a COP 26 terminou “sem que os povos amazônicos pudessem celebrar” (Lobato, 2021), referindo-se a compromissos que, embora firmados paralelamente na primeira semana do evento para a redução do desmatamento e da emissão de metano em 30% até o ano de 2030 – indicadores que afetam de forma direta o uso da floresta amazônica, “não houve um acordo para a transição de energia de fontes poluidoras para as de matrizes limpas”.

Além disso, Lobato (2021) evidencia que no documento final, a palavra “eliminar” foi substituída por “reduzir” o uso de combustíveis fósseis, “os mais danosos e principais responsáveis pelo aquecimento global”. A jornalista enfatiza a restrição no texto da conferência.

Na prática, o acordo final da COP26 adia a solução para os próximos anos, o que sinaliza que eventos climáticos extremos, como inundações, secas e incêndios florestais, continuem a castigar o planeta. A sinalização por uma eliminação do uso de combustíveis fósseis, incluindo o petróleo, o gás e o carvão natural, impactaria diretamente o Brasil. A Petrobrás, maior empresa brasileira, se tornaria obsoleta e desvalorizada em pouco mais de três décadas. (Lobato, 2021).

Notamos que a autora revela sua posição, a partir de uma postura crítica em defesa da sustentabilidade da vida e de um vínculo menos lesivo e conflituoso entre a natureza e a sociedade (Loose & Girardi, 2017), e ainda se coloca como além de sua função profissional, como sujeita que também é afetada pelos tratados versados, no horizonte de uma transgressão solidária midiativista.

Na contramão do tom de lamento exposto, a jornalista também aponta a comemoração feita pela comitativa oficial brasileira, que “foi a Glasgow de olho em recursos financeiros”, com a finalização do livro de regras de implementação do Acordo de Paris, o qual regulamentou o artigo 6 que estipula a criação de um mercado de carbono. Para tanto, evidencia o tweet publicado pelo MMA : “O Brasil se prepara para ser grande exportador de créditos carbono!”. Mas ressalva que os países participantes da conferência “foram duramente criticados pelos ativistas por usarem da conferência para conseguir recursos financeiros com a desculpa de que precisam de financiamento para começar a combater a crise climática com urgência”. A sentença reflete a posição de repulsa e a rejeição a visão cartesiana do governo, centrado apenas nos interesses econômicos, sem respeitar e considerar a esfera ambiental em todos os seus âmbitos. As críticas também se estenderam às empresas, que participaram dos debates e ofereceram “recursos bilionários para ações de combate ao aquecimento global” (Lobato, 2021), além de adotarem políticas de “*greenwashing*”, a lavagem/maquiagem verde.

O texto segue afirmando existir “dois Brasis na COP26”, sendo que o governo “optou por apoiar explicitamente apenas um deles”. De um lado, havia a presença da maior comitativa de povos indígenas já vista em uma conferência das partes, movimentos sociais, cientistas e ambientalistas. De outro, um pavilhão bancado pelo governo federal,

apoiado pela Confederação Nacional da Indústria e pela Confederação Nacional da Agricultura. Lobato (2021) salienta que os indígenas “se viram perseguidos por apoiadores de Bolsonaro”, principalmente após a participação da jovem líder Txai Suruí no discurso de abertura da COP26, e relata a invasão realizada por criminosos na casa da liderança indígena Alessandra Korap Munduruku, que também esteve no evento. A partir das palavras escolhidas pela jornalista, fica claro qual lado ela integra nesse aspecto, ou seja, o grupo que defende e engloba os vários matizes em que a temática ambiental se desdobra.

A autora da reportagem ainda traz a opinião da ativista Greta Thunberg exposta no Twitter e que ironiza o resultado do evento e expressa seu ceticismo: “A #COP26 acabou. Aqui está um breve resumo: blá, blá, blá. Mas o verdadeiro trabalho continua fora desses corredores. E nunca vamos desistir, nunca”.

Lobato (2021) menciona a revisão da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, sigla em inglês) – denominação do documento que determina metas voluntárias de cada país –, restabelecendo um objetivo acordado pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 2015. Para tal, explica, em metáfora política que remete ao impedimento da então presidenta, que a NDC brasileira, sob gestão do ex-ministro do Meio Ambiente “havia sofrido uma ‘pedalada ambiental’, já que falseou os dados para que o país pudesse continuar aumentando emissões. Na prática, isso permite “o avanço do garimpo ilegal, da grilagem de terras e da pecuária sobre a floresta amazônica”, conecta a repórter para o leitor/a.

O relato do diretor-executivo do Observatório do Clima dá ênfase ao potencial do Brasil anulado pelo governo. Com base em dados divulgados, concomitantemente ao evento, sobre os índices de desmatamento, a fonte ressalta o problema vivido pelo país: “quando fecharem as portas aqui (da COP26), voltamos para a realidade que o Brasil continua sendo sob a gestão de Bolsonaro, um problema para o clima mundial porque temos um governo da destruição e não um governo que vai trazer a solução”. Ou seja, o descontentamento da jornalista com a questão retratada é corroborado por ativistas, especialistas e demais sujeitos que compreendem o entendimento dos valores e da consciência ambiental e a necessidade de internalizá-los (Loose & Girardi, 2017). Aqui e em outros pontos do texto, são retomadas as crises ambientais em uma relação de causa e consequência, visto que o desmantelamento e o enfraquecimento das políticas públicas adotadas refletem na devastação ambiental.

A jornalista aponta que “o ministro brasileiro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, demonstrou ignorância ao ser questionado em uma coletiva de imprensa, na sexta-feira, sobre os dados do desmatamento do Inpe” e “desconversou” acerca do assunto. Ela confronta ainda que, naquele momento, o ministro “respondia a uma pergunta sobre ter usado dados contestáveis ao falar de conquistas ambientais do Brasil”. Por esta perspectiva, vemos que a autora, além de destacar o contexto político atual, versa sobre um governo que se utiliza de falsas informações sobre a questão ambiental. Destacamos ainda o seguinte alerta emitido por Lobato (2021), que se incorpora ao princípio de precaução, posto que salienta a gravidade envolvida e a necessidade de intervenções que minimizem os danos causados:

Para frear o aquecimento global, embora os países estejam se comprometendo a reduzir suas emissões de gases estufa, ainda será necessário que outras medidas compensatórias sejam adotadas, e uma delas é permitir que os países em desenvolvimento como o Brasil não só interrompam a destruição de suas florestas, como possam ter recursos para manter a preservação de suas áreas verdes.

A jornalista afirma que “outro fracasso nas negociações da COP26” foi a ausência da proposta de elaboração de um fundo de “perdas e danos” para nações que já encaram as emergências climáticas. Ao final da reportagem, Lobato (2021) destaca a fala do presidente do evento, que emocionado, lamentou “que o acordo final evitou a determinação pelo fim do uso de combustíveis fósseis”. Essa prática de respaldar o argumento central da reportagem com citações de especialistas foi usual e de certa forma atende aos anseios da credibilidade jornalística, em uma tipologia dissertativa de reportagem⁵ que articulamos, nas considerações da sequência, à perspectiva da reportagem-manifesto no contexto do midiativismo e da sensibilidade hacker.

4 Protestos possíveis

A partir dos resultados obtidos com o protocolo aplicado nas oito reportagens, duas em análise aqui, foi possível verificar na prática que, muitas vezes, os fenômenos estudados se fundem na medida em que o midiativismo está presente nos princípios do jornalismo ambiental, bem como, a partir das TICs, se apropria dessa especificação jornalística para a construção de narrativas midiáticas potentes e transformadoras, objetivando a ampliação do alcance das

questões ambientais complexas, que passam a ser contextualizadas e desveladas. De antemão, podemos garantir que a Amazônia Real consegue se aprofundar nas temáticas propostas e trazer grande parte dos pressupostos do jornalismo ambiental de modo mais evidente.

Constatamos a materialização midiativista a partir de um ponto de vista mais emancipatório, especialmente, no plano narrativo. A cobertura jornalística analisada evidencia que há um modo de se dizer e informar discrepante da superficialidade e do véu da objetividade pregada pelo *mainstream* midiático. Por ser exercido por indivíduos/profissionais que acreditam no potencial transformador e mobilizador do jornalismo, notamos que as críticas e os posicionamentos mais contundentes, principalmente a atores políticos, são feitos por meio de táticas discursivas indiretas como da ironia, do desprezo e de indagações, em maior ou menor grau, para tentar resistir e explicar a então obscura conjuntura ambiental.

A opinião e vivência dos/as repórteres é fundante e traz grandeza à narrativa, como no caso da reportagem já analisada anteriormente (Franco & Miguel, 2022) “Porto Velho concentra 40% dos focos de queimadas em Rondônia”, escrita pela jornalista indígena Luciene Kaxinawá que relatou os dramas como sujeita midiativista.

Há fragilidades, contudo, no enquadramento midiativista quando notamos os poucos recursos tecnológicos para engajamento da audiência, com propostas de participação direta, mobilizações agregadas e viralizações, a exemplo de compartilhamentos, petições públicas eletrônicas, realidade virtual, gamificação, geolocalização, replicação de informações e utilização de hashtags. Assim como nas amarras ainda mantidas com a estética do jornalismo convencional na apresentação das informações, escolha e legitimação das fontes, na falta de uma produção subversiva que surpreenda os códigos hegemônicos. Por exemplo, apesar do espaço ocupado por vozes minoritárias, que não possuem espaço na mídia hegemônica, há uma concentração ainda significativa de fontes oficiais e especialistas, utilizadas para respaldar as perspectivas de ativistas e da própria repórter.

Pontuamos que a construção de um jornalismo ambiental midiativista se dá nessas contradições, ditadas pelas circunstâncias, contextos – e até por modelos acessíveis do que se entende por jornalismo –, mas não deve perder de vista a produção de narrativas complexas, pluralizadas, em fontes e localidades sociais, atravessadas pelo contundente engajamento provocado pelo midiativismo, pela visão sistêmica e entendimento decisivo das problemáticas

socioambientais. É fato que a leitura da produção de coletivos de mídia ativistas, como o analisado em questão, tem a possibilidade de dilatar o arcabouço de informações e preocupação dos sujeitos e sujeitas, mas o conhecimento pode ser potencializado por meio de posicionamentos críticos, promoção de debates e propostas de intervenção social.

Concluimos que há a prática de um jornalismo mais engajado e comprometido com a questão ambiental em todas as suas esferas, demarcando, inclusive, uma perspectiva mais humana que trata de desigualdades e injustiças sociais, por meio de estruturas discursivas dissertativas que revelam denúncias e sensibilidade hacker (Moraes, 2022). São mais do que notícias, com potencial para o que pensamos ser um tipo de reportagem-manifesto, no âmbito do jornalismo midiativista ambiental.

Isso posto, não temos nenhuma pretensão em dizer como se faz midiativismo porque, como lembra Peruzzo (2018), as práticas são demasiadas, assim como seus atores e atrizes o são e, também, os motivos que perpassam esse fenômeno são distintos e necessitam da incorporação de táticas e estratégias diversas. Vamos continuar acompanhando e protestando.

NOTAS

- 1 As discussões aqui apresentadas trazem resultados obtidos e reelaborados a partir da dissertação de Mestrado “*Processos midiativistas de jornalismo ambiental: análise da cobertura jornalística da Amazônia Real*”, defendida em novembro de 2022, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCom-UFMS).
- 2 Destacamos, dentro do período do corpus da pesquisa, a crise no Ministério do Meio Ambiente, que resultou na renúncia do até então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, após ser acusado de dificultar a fiscalização ambiental e atrapalhar a investigação de esquema criminoso; ocorrência de enchentes, estiagens duradouras com seca histórica e tempestades de areia, intensificação de queimadas e incêndios florestais na Amazônia e Pantanal, evidenciando a crise climática brasileira; o alerta vermelho sobre o aquecimento global em relatório publicado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas; o recorde de desmatamento na Amazônia, com avanço para áreas antes intocadas; aumento de conflitos, bem

como de invasões e violência de garimpeiros em áreas indígenas; a tramitação e aprovação de projetos de lei voltados à flexibilização do licenciamento ambiental e à liberação do garimpo e da grilagem de terras, os quais ameaçam a floresta e os territórios dos povos originários; além da ocorrência da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-26), evento mundialmente relevante no âmbito das questões ambientais.

- 3 Usamos a denominação narrativa aqui sem pretensões conceituais, mas para indicar formas de expressão, no caso jornalísticas, que fazem usos de diferentes discursos carregados de vieses sociais. Entre tantas definições, nos apropriamos de Coimbra (1993) que, desde então, fala em busca de um sentido, narrar como atitude, informação, documentação e estilo.
- 4 Trata-se de uma categoria de opressão, pautada especialmente por movimentos antirracistas e de justiça ambiental, partindo do pressuposto que “a distribuição das territorialidades urbana e rural é determinada pelo alijamento do segmento étnico indesejado” (Filgueira, 2021). Logo, quem mais sofre e está vulnerável aos problemas ambientais são as etnias vulnerabilizadas.
- 5 Retomamos aqui uma tipologia de reportagem baseada na estrutura do texto impresso que se sustenta na argumentação do/a repórter construída por meio de fatos, documentos, declarações, testemunhas relativizadas, na intencionalidade de convencer o/a leitor/a a aceitar um raciocínio e ou ponto de vista (Coimbra, 1993). No escopo dos ativismos, isso reflete a postura do indivíduo midiativista que pode materializar o engajamento em uma produção que denominamos como reportagem-manifesto.

REFERÊNCIAS

Aguiar, L. A., & Schaun, A. (2011). Heurística do medo: mídia e meio ambiente na sociedade de risco. *Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.*, 1(2), 1-15. DOI: 10.5380/am.v1i2.26423.

Amazônia Real. *Site oficial*. Recuperado de <https://amazoniareal.com.br>

Amazônia Real. (2021, 11 de maio). *Milhares já sofrem com a cheia no Amazonas*. Recuperado de <https://amazoniareal.com.br/milhares-ja-sofrem-com-a-cheia-no-amazonas>

Belmonte, R. V. (2017). Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 6(2), 110-125. DOI: 10.26664/issn.2238-5126.6220176656.

Braighi, A. A., & Câmara, M. T. (2018). O que é Mudiativismo? Uma proposta conceitual. In A. A. Braighi & M. T. Câmara (Orgs.), *Interfaces do Mudiativismo: do conceito à prática* (pp. 25–42). Cefet.

Bueno, W. C. (2007). Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.15, 33-44. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v15i0.11897>

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.

Castells, M. (2013). *Redes de Indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet*. Editora Zahar.

Coimbra, O. (1993). *O texto da reportagem impressa. Um curso sobre sua estrutura*. Ática.

Fígaro, R., & Nonato, C. (2021). *Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil: organização, sustentação e rotinas produtivas*. ECA-USP.

Filgueira, A. L. (2021). Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico*, 15(2), 186–201. DOI: 10.5216/ag.v15i2.69990.

Franco de Souza, A., & Miguel, K. G. (2022). Mudiativismo ambiental: a boiada de Ricardo Salles na Amazônia Real. *Esfemas*, 1(25), 510–530. DOI: 10.31501/esf.v1i25.13888

Girardi, I., Schwaab, R., Massierer, C., Loose, E. B. (2012). Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. *Comunicação & Sociedade*, 34(1), 132-152. DOI: 10.15603/2175-7755/cs.v34n1p131-152.

Holanda, J. S. P., Costa, L. M., & Kaapa, P. (2020). Jornalismo Ambiental: características e interfaces de um campo em construção. *Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Recuperado de <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/trabalhos.htm>

Jordan, T. (2002). *Activism! Direct action, hacktivism and the future of society*. Reaktion Books.

Leff, E. (2001). *Epistemologia Ambiental*. Cortez.

Lobato, A. (2021, 14 de novembro). *Acordo final da COP26 adia decisões para o futuro. Amazônia Real*. Recuperado de <https://amazoniareal.com.br/acordo-final-da-cop26/>

Loose, E. B., & Girardi, I. M. T. (2017). O Jornalismo Ambiental

sob a ótica dos riscos climáticos. *INTERIN*, 22(2), 154–172. DOI: 10.35168/1980-5276.UTP.interin.2017.Vol22.N2.pp154-172.

Moraes, C., & Fante, E. (2018). Uma cartografia do midiativismo ambiental em Porto Alegre. In A.A. Braighi & M.T. Câmara (Orgs.), *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática* (pp. 336–355). Cefet.

Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Arquipélago editorial.

Peruzzo, C. (2018). Cidadania comunicacional e tecnopolítica: feições do midiativismo no âmbito dos movimentos sociais populares. In A.A. Braighi & M.T. Câmara (Orgs.), *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática* (pp. 43–61). Cefet.

Silva, G., & Maia, F. D. (2011). Análise de Cobertura Jornalística: um protocolo metodológico. *Rumores*, 5(10), 18–35. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2011.51250

AMANDA FRANCO DE SOUZA. Jornalista pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS (PPGCOM-UFMS). Colaboração no artigo: concepção e desenho do estudo, levantamento dos dados, interpretação prévia dos resultados, redação do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: amanda.francoo@hotmail.com

KATARINI GIROLDO MIGUEL. Docente nos cursos de graduação em Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Líder do Grupo de Pesquisa “Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede” (CNPq/UFMS). Integrante do grupo executivo da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. Colaboração no artigo: refinamento dos dados, discussão dos resultados, revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: katarini.miguel@ufms.br

FINANCIAMENTO: este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), código de financiamento 001. Também contou com suporte da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul por meio do edital UFMS/PROPP 186/2023.

PREPRINT: uma versão em preprint desta publicação está disponível pelo DOI 10.1590/SciELOPreprints.6095

Dois pareceres utilizados na avaliação deste artigo podem ser acessado em <https://osf.io/fp4zn> e <https://osf.io/uryz7> | Seguindo a política de ciência aberta da BJR, os avaliadores autorizaram a publicação do parecer e a divulgação de seus nomes.